

## DECISÃO ARSP/DS/072/2022 – DIRETORIA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA

**PROCESSO:** 86499890  
**INTERESSADO:** Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN  
**RELATOR:** Diretora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária - Kátia Muniz Côco  
**ASSUNTO:** Análise da Defesa Prévia do Termo de Notificação TN/DS/GSB/ESP N.º 090/2020, referente à fiscalização da qualidade de água bruta, tratada e distribuída no Município de Iúna – ES, Bloco 1 (Relatório de Fiscalização RF/DS/GSB/089/2020)

### I – DO RELATÓRIO

1. O presente documento trata da ação de fiscalização desenvolvida pela equipe de Especialistas em Regulação e Fiscalização da ARSP, com o escopo de verificar a qualidade da água bruta, tratada e distribuída - Bloco 1, no Município de Iúna – ES.
2. Diante dos achados da ARSP foi emitido o **Relatório de Fiscalização RF/DS/GSB/089/2020** (fls. 21 a 40) e o **Termo de Notificação TN/DS/GSB/ESP N.º 090/2020** (fls. 13 a 20). Em conformidade com os documentos referenciados, a equipe de fiscalização da ARSP constatou 27 (vinte e sete) inconformidades passíveis de aplicação de penalidades à CESAN, bem como fez 27 (vinte e sete) determinações.
3. Em resposta ao referenciado Termo de Notificação, a CESAN apresentou sua **Defesa Prévia – Ofício P-CAC/001/020/2020** (fls. 49 a 70), a qual foi analisada pela equipe de Especialistas da ARSP no **Parecer Técnico PT/DS/GSB/Nº 123/2021** (fls. 72 a 95). Em sequência, os autos vieram a esta diretoria para análise do caso e decisão.
4. E o relatório, passo a fundamentação.

### II – DA FUNDAMENTAÇÃO

5. Trata-se de análise da Defesa Prévia interposta pela Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN em face das constatações e não conformidades descritas no **Termo de Notificação TN/DS/GSB/ESP N.º 090/2020** (fls. 13 a 20).
6. Conforme descrito no referenciado Termo de Notificação, a ARSP notificou a CESAN quanto as seguintes constatações:

**C1:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises microbiológicas realizadas na Rede de Distribuição de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C1.1 Resultados não-conformes quanto a frequência de coleta de amostras para análises de Coliformes Totais e Escherichia Coli na Rede de Distribuição, segundo o Anexo 13 do Anexo XX no mês de: Mai/18.

**C2:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises microbiológicas realizadas na Rede de Distribuição de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C2.1 Incidência de amostras em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde para análises de Coliformes Totais nos meses de: Out/18 e Nov/18.

**C3:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises microbiológicas realizadas na Rede de Distribuição de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C.3.1 Resultados não-conformes quanto a frequência de coleta de amostras para análises de Coliformes Totais e Escherichia Coli na Rede de Distribuição, segundo o Anexo 13 do Anexo XX no mês de: Mai/18.

**C4:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises microbiológicas realizadas na Rede de Distribuição de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C.4.1 Incidência de amostras em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde para análises de Coliformes Totais nos meses de: Set/18 e Jan/19.

**C5:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas na Saída do Tratamento de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C5.1 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Turbidez no mês de: Set/17;
- C5.2 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Cor nos meses de: Set/17, Jul/18 e Ago/18;
- C5.3 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Cloro no mês de: Set/17;
- C5.4 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de pH no mês de: Set/17.

**C6:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas na Saída do Tratamento de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C6.1 Não apresentou dados quanto a frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2017 a Agosto de 2018.

**C7:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas na Saída do Tratamento de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C7.1 Não apresentou dados quanto a frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2018 a Janeiro de 2019.

**C8:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas na Saída do Tratamento de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C8.1 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Turbidez nos meses de: Set/17, Dez/17, Abr/18 e Jun/18;

- C8.2 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Cor nos meses de: Set/17, Abr/18 e Jun/18;

- C8.3 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Cloro nos meses de: Set/17, Abr/18, Jun/18 e Ago/18;

- C8.4 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de pH nos meses de: Set/17, Abr/18 e Jun/18.

**C9:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas na Saída do Tratamento de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- *C9.1 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Turbidez nos meses de: Set/18, Out/18 e Nov/18;*

- *C9.2 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Cor nos meses de: Set/18, Out/18 e Nov/18;*

- *C9.3 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de Cloro nos meses de: Set/18, Out/18 e Nov/18;*

- *C9.4 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Saída do Tratamento para verificação do parâmetro de pH nos meses de: Set/18 e Nov/18.*

**C10:** *Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas na Saída do Tratamento de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C10.1 Não apresentou dados quanto a frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2017 a Agosto de 2018.*

**C11:** *Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas na Saída do Tratamento de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C11.1 Não apresentou dados quanto a frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2018 a Janeiro de 2019.*

**C12:** *Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas no Sistema de Distribuição de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C12.1 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 na Rede de Distribuição para verificação do parâmetro Cor nos meses de: Mar/18 e Mai/18;*

- *C12.2 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no §3º Art. 41 e Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Rede de Distribuição para verificação do parâmetro Cloro Residual no mês: Out/17.*

**C13:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas no Sistema de Distribuição de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C13.1 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 na Rede de Distribuição para verificação do parâmetro Cor nos meses de: Mai/18 e Jun/18.

**C14:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises físico-químicas realizadas no Sistema de Distribuição de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C14.1 Número de amostras realizadas inferiores ao preconizado no §3º Art. 41 e Anexo 12 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde na Rede de Distribuição para verificação do parâmetro Cloro Residual nos meses de: Set/18 e Out/18.

**C15:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises bacteriológicas coletadas na Captação no Córrego Serrinha – SAA Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C15.1 Não apresentou resultados para análises de Escherichia Coli na captação, segundo o Artigo 31º do Anexo XX no mês de: Mai/18;
- C15.2 Não apresentou resultados para análises da Densidade de Cianobactérias na captação, segundo o Anexo 11 do Anexo XX no mês de: Mai/18.

**C16:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises bacteriológicas coletadas na Captação no Córrego Serrinha – SAA Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C16.1 Não apresentou resultados para análises do monitoramento de Cistos de Giardia spp. e Oocistos de Cryptosporidium spp. na captação, do Córrego Serrinha, segundo o §1º Artigo 31º do Anexo XX no mês de: Jan/19.

**C17:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises bacteriológicas coletadas na Captação no Rio Pardo – SAA Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C17.1 Não apresentou resultados para análises de Escherichia Coli na captação, segundo o Artigo 31º do Anexo XX no mês de: Mai/18;



- *C17.2 Não apresentou resultados para análises da Densidade de Cianobactérias na captação, segundo o Anexo 11 do Anexo XX no mês de: Mai/18;*

- *C17.3 Não apresentou resultados para análises do monitoramento de Cistos de Giardia spp. e Oocistos de Cryptosporidium spp. na captação, do Rio Pardo, segundo o §1º Artigo 31º do Anexo XX nos meses de: Set/17, Out/17, Nov/17, Dez/17, Jan/18, Fev/18, Mar/18, Abr/18, Mai/18, Jun/18, Jul/2018 e Ago/18.*

**C18:** *Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises bacteriológicas coletadas na Captação no Rio Pardo – SAA Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C18.1 Não apresentou resultados para análises do monitoramento de Cistos de Giardia spp. e Oocistos de Cryptosporidium spp. na captação, do Rio Pardo, segundo o §1º Artigo 31º do Anexo XX nos meses de: Set/18, Out/18, Nov/18, Dez/18, Jan/19.*

**C19:** *Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises bacteriológicas coletadas na Captação no Córrego Antônio Pedro – SAA Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C19.1 Não apresentou resultados para análises de Escherichia Coli na captação, segundo o Artigo 31º do Anexo XX no mês de: Out/18;*

- *C19.2 Não apresentou resultados para análises da Densidade de Cianobactérias na captação, segundo o Anexo 11 do Anexo XX no mês de: Out/18.*

**C20:** *Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises bacteriológicas coletadas na Captação no Córrego Tanque – SAA Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C20.1 Não apresentou resultados para análises de Escherichia Coli na captação, segundo o Artigo 31º do Anexo XX no mês de: Out/18;*

- *C20.2 Não apresentou resultados para análises da Densidade de Cianobactérias na captação, segundo o Anexo 11 do Anexo XX no mês de: Out/18.*

**C21:** *Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes do Relatório de Anomalias – ETA, na saída do tratamento de Iúna Sede no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C21.1 Presença de Coliformes Totais. Inconformidade com o padrão preconizado no Anexo 1 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde, no mês de: Ago/18.*

**C22:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes do Relatório de Anomalias – ETA, na saída do tratamento de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C22.1 Presença de Coliformes Totais. Inconformidade com o padrão preconizado no Anexo 1 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde, nos meses de: Nov/17, Dez/17, Mar/18 e Abr/18.

**C23:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes do Relatório de Anomalias – ETA, na saída do tratamento de Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C23.1 Presença de Coliformes Totais. Inconformidade com o padrão preconizado no Anexo 1 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde, no mês de: Nov/18.

**C24:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises de turbidez coletadas após a filtração - Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C24.1 Valores superiores ao máximo permitido de 0,5 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 nos meses de: Mai/18, Jun/18, Jul/18 e Ago/18;
- C24.2 Valores superiores ao máximo permitido de 1,0 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 nos meses de: Set/17, Out/17, Nov/17, Dez/17, Jan/18, Fev/18, Mar/18, Abr/18, Mai/18, Jun/18, Jul/18 e Ago/18.

**C25:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises de turbidez coletadas após a filtração - Pequiá no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- C25.1 Valores superiores ao máximo permitido de 0,5 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 nos meses de: Set/18 e Out/18;
- C25.2 Valores superiores ao máximo permitido de 1,0 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 nos meses de: Set/18, Out/18, Nov/18 e Dez/18.

**C26:** Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises de turbidez coletadas após a filtração - Iúna no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

- *C26.1 Valores superiores ao máximo permitido de 0,5 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 no mês de: Fev/18;*

- *C26.2 Valores superiores ao máximo permitido de 1,0 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 nos meses de: Set/17, Out/17, Nov/17, Dez/17, Jan/18, Fev/18, Mar/18, Abr/18, Mai/18, Jun/18, Jul/18 e Ago/18.*

*C27: Os resultados produzidos, através de dados disponibilizados pela CESAN, provenientes de análises de turbidez coletadas após a filtração - Iúna no período de Setembro de 2017 a Janeiro de 2019, apresentaram as seguintes não conformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

- *C27.1 Valores superiores ao máximo permitido de 0,5 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 nos meses de: Nov/18 e Dez/18.*

- *C27.2 Valores superiores ao máximo permitido de 1,0 uT inconforme com o estabelecido no Anexo 03 do Anexo XX da Port. De Cons. Nº 05 nos meses de: Set/18, Out/18, Nov/18 e Dez/18.*

7. Demonstrada as constatações, passo a fundamentar a defesa apresentada.

## **II.i – Dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade**

8. Em sua Defesa Prévia, o prestador de serviços alegou, em preliminar (item II), a violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Argumentou que há desproporcionalidade entre a conduta descrita e a sanção que se pretende aplicar e requer que seja avaliada a gravidade dos fatos, as consequências para a saúde pública e meio ambiente, os antecedentes do infrator, dentre outros. O prestador trouxe ainda que as sanções administrativas não servem de arrecadação aos cofres públicos, devendo ser aplicada a sanção suficiente para suas condutas.

9. A alegação da violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade apresentados pela CESAN não merece guarida. O processo sancionador está sendo realizado em conformidade com o regramento vigente, em especial a Resolução ARSP nº 018/2018.

10. Neste momento inicial (notificação das constatações passíveis de penalidade), esta Agência sequer dosou a aplicação da penalidade, restando-se tão somente a notificar à prestadora de serviço que as irregularidades constatadas se enquadram como infrações administrativas de um determinado grupo de infração da Resolução ARSP nº 018/2018.

11. Apenas em sequência, após a análise das constatações e da Defesa Prévia, a prestadora de serviço será devidamente autuada, sendo dosada a infração, na hipótese de aplicação de multa.

12. De qualquer forma, cumpre esclarecer que esta Agência sempre prezou pela razoabilidade e proporcionalidade em seus atos fiscalizatórios, estando inclusive tal obrigação consubstanciada no § 1º do art. 3º da Resolução ARSP nº 018/2018.

*Art. 3º (...)*



*§ 1º. Para fins de fixação da pena em concreto, a ARSP, durante todo o curso do processo sancionatório e sem prejuízo para os limites estabelecidos em cada grupo de sanções, deverá atentar-se para as circunstâncias do caso concreto, observando os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade de modo a considerar, por exemplo, o grau de culpabilidade e a reprovabilidade da conduta empreendida pelo prestador de serviços, a ocorrência de eventual má-fé, a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, os danos que dela provierem para o titular dos serviços ou para seus usuários, o seu comportamento pretérito e as medidas adotadas para minimizar eventual dano, o proveito patrimonial eventualmente auferido, dentre outros critérios hábeis à dosimetria da sanção.*

13. Desta feita, no momento oportuno, as penalidades são devidamente dosadas, observando, dentre diversos outros fatores atrelados a fixação da penalidade, a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

## **II.ii – Da Análise do Mérito**

14. No mérito da Defesa Prévia (item III), o prestador de serviços apresentou uma série de argumentações para justificar as constatações observadas pela equipe técnica da ARSP no ato de fiscalização.

15. Tais argumentações foram devidamente analisadas pelos Especialistas da Agência, no **Parecer Técnico PT/DS/GSB/Nº 123/2021** (fls. 72 a 95).

16. Seguindo o entendimento da equipe técnica da ARSP no referenciado Parecer Técnico, concluo pelo: a) indeferimento total ou parcial da defesa apresentada e aplicação da penalidade para as inconsistências que permanecem para as constatações C2, C4, C5, C6, C8, C9, C12, C13, C14, C16, C17, C18, C21, C22, C23, C24, C25, C26 e C27; b) deferimento dos argumentos apresentados, sendo consideradas as constatações C1, C3, C7, C10, C11, C15, C19 e C20 como encerradas.

17. Transcrevo a seguir os argumentos que foram acatados por esta Diretoria:

### **C1:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN esclarece que o não atendimento ao número exigido de coleta de amostras no referido período deveu-se a situações atípicas, que impediram o cumprimento da programação realizada.*

*Alega que no mês de maio de 2018, mesmo com a ocorrência da greve dos caminhoneiros que paralisou o estado, foram realizadas 20 das 28 amostras exigidas para o Município*

*Informa que para garantir o atendimento ao Plano de Monitoramento mesmo diante de situações atípicas, foram adotadas medidas de acompanhamento sistemático da realização da programação ao longo do mês bem como a execução de roteiros diferenciados em meses com feriados longos e outras ocorrências que comprometem a realização das coletas e que estas ações têm contribuído para o atendimento ao plano de monitoramento em situações adversas.*

**Avaliação ARSP:** *Considerando o explanado constata-se que a não conformidade ocorreu pontualmente e por motivos alheios ao alcance da CESAN.*

*Situação Atual: constatação encerrada.*

**C2:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN alega que devido à complexidade inerente de um Sistema de Abastecimento de Água, anomalias ocasionais e pontuais podem ser esperadas, por isto é importante que estas sejam avaliadas em conjunto com o histórico do controle da qualidade, conforme recomendações contidas nos Artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 e que não obstante, as anomalias devem, e são tratadas para garantir que a água oferecida a população esteja potável e para assegurar a manutenção desta condição.

Informa que quando o controle da qualidade detecta alguma anomalia, ações corretivas são tomadas e novas amostras são coletadas e analisadas até que a qualidade da água seja restabelecida e caso a anomalia seja reincidente, um processo de investigação é iniciado para avaliar e tratar as causas.

Encaminha tabela com os resultados das análises realizadas nas amostras que apresentaram a presença de coliformes totais nos referidos meses, bem como os resultados das recoletas realizadas para cada uma destas amostras e observa que todas as recoletas revelaram resultados negativos para Coliformes Totais.

Salienta que no Anexo 1 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017, na tabela intitulada “Tabela de Padrão Microbiológico de Água para Consumo Humano”, é explicitado que a presença de Coliformes totais na rede de distribuição é indicador apenas de integridade da mesma, não estando relacionado a contaminação de origem fecal e/ou agravos a saúde da população.

Ressalta ainda que durante todo o período avaliado não houve a ocorrência de *Escherichia coli* no SAA Iúna, o que reforça o fato de não haver risco a saúde da população atendida.

**Avaliação ARSP:** Conforme o § 4º do Art. 27 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

“Art. 27 A água potável deve estar em conformidade com padrão microbiológico, conforme disposto no Anexo 1 do Anexo XX e demais disposições deste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27)

(...) §4º O resultado negativo para coliformes totais das recoletas não anula o resultado originalmente positivo no cálculo dos percentuais de amostras com resultado positivo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27, § 4º).”

Além disso, os artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 dizem respeito somente aos anexos VII, VIII, IX e X, não abrangendo o anexo I (padrão microbiológico da água para consumo humano).

Convém ressaltar que coliformes totais é um indicador de integridade do sistema de distribuição (quando a análise é realizada nos reservatórios e rede) e apesar das alegações da prestadora, houve incidência de amostra com anomalias, configurando infração.

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C3:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que o não atendimento ao número exigido de coleta de amostras nos referidos meses deveu-se a situações atípicas, que impediram o cumprimento da programação realizada.

Alega que no mês de maio de 2018, mesmo com a ocorrência da greve dos caminhoneiros que paralisou o estado, foram realizadas 20 das 28 amostras exigidas para o Município

Informa que para garantir o atendimento ao Plano de Monitoramento mesmo diante de situações atípicas, foram adotadas medidas de acompanhamento sistemático da realização da programação ao longo do mês bem como a execução de roteiros diferenciados em meses com feriados longos e outras ocorrências que comprometem a realização das coletas e que estas ações têm contribuído para o atendimento ao plano de monitoramento em situações adversas.

**Avaliação ARSP:** Considerando o explanado constata-se que a não conformidade ocorreu pontualmente e por motivos alheios ao alcance da CESAN.

Situação Atual: constatação encerrada.

**C4:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN alega que devido à complexidade inerente de um Sistema de Abastecimento de Água, anomalias ocasionais e pontuais podem ser esperadas, por isto é importante que estas sejam avaliadas em conjunto com o histórico do controle da qualidade, conforme recomendações contidas nos Artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 e que não obstante, as anomalias devem, e são tratadas para garantir que a água oferecida a população esteja potável e para assegurar a manutenção desta condição.

Informa que quando o controle da qualidade detecta alguma anomalia, ações corretivas são tomadas e novas amostras são coletadas e analisadas até que a qualidade da água seja restabelecida e caso a anomalia seja recorrente, um processo de investigação é iniciado para avaliar e tratar as causas.

Encaminha tabela com os resultados das análises realizadas nas amostras que apresentaram a presença de coliformes totais nos referidos meses, bem como os resultados das recoletas realizadas para cada uma destas amostras e observa que todas as recoletas revelaram resultados negativos para Coliformes Totais.

Salienta que no Anexo 1 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017, na tabela intitulada “Tabela de Padrão Microbiológico de Água para Consumo Humano”, é explicitado que a presença de Coliformes totais na rede de distribuição é indicador apenas de integridade da mesma, não estando relacionado a contaminação de origem fecal e/ou agravos a saúde da população.

Ressalta ainda que durante todo o período avaliado não houve a ocorrência de *Escherichia coli* no SAA Pequiá, o que reforça o fato de não haver risco a saúde da população atendida.

**Avaliação ARSP:** Conforme o § 4º do Art. 27 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

*“Art. 27 A água potável deve estar em conformidade com padrão microbiológico, conforme disposto no Anexo 1 do Anexo XX e demais disposições deste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27)”*

*(...) §4º O resultado negativo para coliformes totais das re coletas não anula o resultado originalmente positivo no cálculo dos percentuais de amostras com resultado positivo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27, § 4º).”*

*Além disso, os artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 dizem respeito somente aos anexos VII, VIII, IX e X, não abrangendo o anexo I (padrão microbiológico da água para consumo humano).*

*Convém ressaltar que coliformes totais é um indicador de integridade do sistema de distribuição (quando a análise é realizada nos reservatórios e rede) e apesar das alegações da prestadora, houve incidência de amostra com anomalias, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C5:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que:

1. O número total de análises realizadas (TAR) referentes ao Quadro 3 do relatório foram as realizadas pelo operador de forma manual com o auxílio dos aparelhos de medição da ETA.
2. Além dessas análises realizadas pelo operador, também foram realizadas análises pelo laboratório central, no mínimo, duas vezes por semana.

*Encaminha quadro com atualização do número total de análises realizadas na saída da ETA e número mínimo de análises no período apresentado.*

- *Referente à constatação C5.1:*

*Alega que para o parâmetro Turbidez satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde para o mês de Setembro de 2017.*

- *Referente à constatação C5.2:*

*Informa que para o parâmetro cor, no mês de Julho e Agosto de 2018 realmente não foi possível atingir o quantitativo de análises devido à problemas no funcionamento do aparelho de cor, não tendo sido possível realizar a substituição imediata devido à indisponibilidade de aparelho reserva naquele momento e que durante o período em que se aguardava o retorno na manutenção do equipamento em Vitória, foi feito o acompanhamento das análises realizadas duas vezes na semana pelo laboratório central onde nesse período 100% das amostras estavam dentro dos padrões exigidos pela portaria.*

*Alega que para o mês de Setembro de 2017 satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde.*

- *Referente à constatação C5.3:*

*Alega que para o parâmetro Cloro satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde para o mês de Setembro de 2017.*

- *Referente à constatação C5.4:*

*Alega que para o parâmetro pH satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde para o mês de Setembro de 2017.*

**Avaliação ARSP:** *Referente às Constatações C5.1, C5.3 e C5.4, considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.*

*Com relação à constatação C5.2, conforme Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos 11, 12, 13 e 14 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 41)”*

*Apesar da comprovação de atendimento no período de setembro de 2017, os parâmetros mínimos não foram cumpridos para os meses de Julho e Agosto de 2018, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção parcial das irregularidades descritas na constatação e aplicação da penalidade para as inconsistências que permanecem.*

#### **C6:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN encaminha a tabela com dados quanto à frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2017 a Agosto de 2018 e alega que nos meses de março, abril, maio, junho e julho de 2018 não foi possível atingir o quantitativo de análises devido à problemas no funcionamento do aparelho de flúor, não tendo sido possível realizar a substituição imediata devido à indisponibilidade de aparelho reserva naquele momento e que durante o período em que se aguardava o retorno na manutenção do equipamento em Vitória, foi feito o acompanhamento das análises realizadas duas vezes na semana pelo laboratório central.*

**Avaliação ARSP:** *Conforme Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos 11, 12, 13 e 14 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 41)”*



*Apesar da comprovação de atendimento nos demais períodos, os quantitativos mínimos não foram cumpridos para o mês de março, abril, maio, junho e julho de 2018 devido à problemas no funcionamento do aparelho de flúor. Ressalta-se a importância de disponibilidade de aparelho reserva para reposição em caso de falhas a fim de atender à portaria de potabilidade.*

*Situação Atual: manutenção parcial das irregularidades descritas na constatação e aplicação da penalidade para as inconsistências que permanecem.*

**C7:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN encaminha a tabela com dados quanto à frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2018 a Janeiro de 2019.

**Avaliação ARSP:** Considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.

*Situação Atual: constatação encerrada.*

**C8:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que:

1. O número total de análises realizadas (TAR) referentes ao Quadro 4 do relatório foram as realizadas pelo operador de forma manual com o auxílio dos aparelhos de medição da ETA.

2. Além dessas análises realizadas pelo operador, também foram realizadas análises pelo laboratório central, no mínimo, duas vezes por semana.

*Encaminha quadro com atualização do número total de análises realizadas na saída da ETA e número mínimo de análises no período apresentado.*

- *Referente à constatação C8.1:*

*Informa que para o parâmetro Turbidez, no mês de Dezembro de 2017 e Abril de 2018 o aparelho de turbidez apresentou problema em seu funcionamento, não tendo sido possível realizar a substituição imediata devido à indisponibilidade de aparelho reserva naquele momento e que durante o período em que se aguardava o retorno na manutenção do equipamento em Vitória, foi feito o acompanhamento das análises realizadas duas vezes na semana pelo laboratório central, onde para esse parâmetro apresentou 100% de atendimento tanto na ETA quanto na rede de distribuição.*

*Relata ainda que no ano de 2019, houve uma aquisição de 16 aparelhos de turbidez para regional Sul, obtendo-se quadro de aparelhos reservas, para que as reposições nesses casos sejam realizadas o quanto antes.*

*Alega que para os demais meses satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde.*

- *Referente à constatação C8.2:*

*Alega que para o parâmetro Cor satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde para os meses apontados.*

- *Referente à constatação C8.3:*

*Informa que para o parâmetro Cloro, no mês de Agosto de 2018 o aparelho de cloro apresentou problema em seu funcionamento, não tendo sido possível realizar a substituição imediata devido à indisponibilidade de aparelho reserva naquele momento e que durante o período em que se aguardava o retorno na manutenção do equipamento em Vitória, o acompanhamento das análises continuou sendo realizado através da pastilha de DPD e comparando a amostra aos padrões 2 mg/l e 0,5mg/l, não tendo sido possível inserir o valor, por tratar-se de uma estimativa, porém garante que em momento algum a água disponibilizada para população estava fora dos padrões recomendados.*

*Alega que para os demais meses satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde.*

- *Referente à constatação C8.4:*

*Alega que para o parâmetro pH satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde em todos os meses apontados.*

**Avaliação ARSP:** *Referente às Constatações C8.2 e C8.4, considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.*

*Com relação às constatações C8.1 e C8.3, conforme Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos 11, 12, 13 e 14 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 41)”*

*Apesar da comprovação de atendimento nos demais períodos, os quantitativos mínimos não foram cumpridos para os meses de Dezembro 2017 e Abril de 2018 na Constatação C8.1 e Agosto de 2018 para a Constatação C8.3, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção parcial das irregularidades descritas na constatação e aplicação da penalidade para as inconsistências que permanecem.*

#### **C9:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN esclarece que:*

1. *O número total de análises realizadas (TAR) referentes ao Quadro 4 do relatório foram as realizadas pelo operador de forma manual com o auxílio dos aparelhos de medição da ETA.*
2. *Além dessas análises realizadas pelo operador, também foram realizadas análises pelo laboratório central, no mínimo, duas vezes por semana.*

*Encaminha quadro com atualização do número total de análises realizadas na saída da ETA e número mínimo de análises no período apresentado.*

- *Referente à constatação C9.1:*

*Alega que para o parâmetro Turbidez satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde nos meses apontados.*

- *Referente à constatação C9.2:*

*Informa que para o parâmetro cor, no mês de Outubro e Novembro de 2018 realmente não foi possível atingir o quantitativo de análises devido à problemas no funcionamento do aparelho de cor, não tendo sido possível realizar a substituição imediata devido à indisponibilidade de aparelho reserva naquele momento e que durante o período em que se aguardava o retorno na manutenção do equipamento em Vitória, foi feito o acompanhamento das análises realizadas duas vezes na semana pelo laboratório central onde nesse período 100% das amostras estavam dentro dos padrões exigidos pela portaria.*

*Alega que para o mês de Setembro de 2018 satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde.*

- *Referente à constatação C9.3:*

*Informa que para o parâmetro Cloro, no mês de Setembro de 2018 o aparelho de cloro apresentou problema em seu funcionamento e apesar de ter sido substituído o aparelho voltou a apresentar problema, comprometendo também as análises de Outubro de 2018, porém o acompanhamento das análises continuou sendo realizado através da pastilha de DPD e comparando a amostra aos padrões 2 mg/l e 0,5mg/l, não tendo sido possível inserir o valor, por tratar-se de uma estimativa, contudo garante que em momento algum a água disponibilizada para população estava fora dos padrões recomendados.*

- *Referente à constatação C9.4:*

*Alega que para o parâmetro pH satisfaz as condições estabelecidas no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde para os meses apontados.*

**Avaliação ARSP:** *Referente às Constatações C9.1 e C9.4, considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.*

*Com relação às constatações C9.2 e C9.3, conforme Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos 11, 12, 13 e 14 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 41)”*

*Apesar da comprovação de atendimento nos demais períodos, os quantitativos mínimos não foram cumpridos para os meses de Outubro e Novembro de 2018 na Constatação C9.2 e Setembro e Outubro de 2018 para a Constatação C9.3, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção parcial das irregularidades descritas na constatação e aplicação da penalidade para as inconsistências que permanecem.*

**C10:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN encaminha a tabela com dados quanto à frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2017 a Agosto de 2018.

**Avaliação ARSP:** Considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.

*Situação Atual: constatação encerrada.*

**C11:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN encaminha a tabela com dados quanto à frequência de coleta de amostras para análises do parâmetro Flúor no período compreendido entre Setembro de 2018 a Janeiro de 2019.

**Avaliação ARSP:** Considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.

*Situação Atual: constatação encerrada.*

**C12:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que o não atendimento ao número exigido de coleta de amostras no referido mês deveu-se a situações atípicas, que impediram o cumprimento da programação realizada.

*Informa que para garantir o atendimento ao Plano de Monitoramento mesmo diante de situações atípicas, foram adotadas medidas de acompanhamento sistemático da realização da programação ao longo do mês bem como a execução de roteiros diferenciados em meses com feriados longos e outras ocorrências que comprometem a realização das coletas e que estas ações têm contribuído para o atendimento ao plano de monitoramento em situações adversas.*

**Avaliação ARSP:** Conforme Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

*“Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, **respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos 11, 12, 13 e 14 do Anexo XX**. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 41)”*

*Em sua justificativa, a prestadora não especifica exatamente qual o fator superveniente que ocasionou a falha no atendimento para cada período, o que impede o julgamento da procedência do mesmo.*

*Apesar das alegadas providências posteriores para melhorias nos procedimentos de análise, os parâmetros mínimos não foram no período relatado, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C13:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que o não atendimento ao número exigido de coleta de amostras no referido mês deveu-se a situações atípicas, que impediram o cumprimento da programação realizada e ressalta que mesmo diante de situações atípicas, nos referidos meses apenas uma amostra deixou de ser coletada.

Informa que para garantir o atendimento ao Plano de Monitoramento mesmo diante de situações atípicas, foram adotadas medidas de acompanhamento sistemático da realização da programação ao longo do mês bem como a execução de roteiros diferenciados em meses com feriados longos e outras ocorrências que comprometem a realização das coletas e que estas ações têm contribuído para o atendimento ao plano de monitoramento em situações adversas.

Salienta que as análises de cor aparente são realizadas para verificação dos padrões organolépticos que não implicam em risco a saúde, não havendo risco para a saúde dos clientes e que, além disso, apenas uma amostra deixou de ser coletada no mês em questão.

**Avaliação ARSP:** Conforme Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

“Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, **respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos 11, 12, 13 e 14 do Anexo XX**. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 41)”

Em sua justificativa, a prestadora não especifica exatamente qual o fator superveniente que ocasionou a falha no atendimento para cada período, o que impede o julgamento da procedência do mesmo.

Apesar das alegadas providências posteriores para melhorias nos procedimentos de análise, os parâmetros mínimos não foram no período relatado, configurando infração.

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C14:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN encaminha a tabela com o quantitativo de análises de Cloro Residual realizado na Rede de Distribuição atendida pela ETA Pequiá nos meses mencionados, além do quantitativo mínimo exigido no ano de 2018, com base no Anexo 13 do Anexo XX.

Alega que apenas no mês de set/18 o número de amostras realizadas foi inferior ao preconizado devido a situações atípicas, que impediram o cumprimento da programação realizada.

Informa que para garantir o atendimento ao Plano de Monitoramento mesmo diante de situações atípicas, foram adotadas medidas de acompanhamento sistemático da realização da programação ao longo do mês bem como a execução de roteiros diferenciados em meses com feriados longos e outras ocorrências que comprometem a realização das



*coletas e que estas ações têm contribuído para o atendimento ao plano de monitoramento em situações adversas.*

**Avaliação ARSP:** *Conforme Art. 41 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, **respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos 11, 12, 13 e 14 do Anexo XX**. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 41)”*

*§3º Em todas as amostras coletadas para análises microbiológicas, deve ser efetuada medição de turbidez e de cloro residual livre ou de outro composto residual ativo, caso o agente desinfetante utilizado não seja o cloro.*

*Em sua justificativa, a prestadora não especifica exatamente qual o fator superveniente que ocasionou a falha no atendimento para cada período, o que impede o julgamento da procedência do mesmo.*

*Apesar das alegadas providências posteriores para melhorias nos procedimentos de análise e da comprovação de atendimento mês de outubro de 2018, os quantitativos mínimos não foram cumpridos para o mês setembro de 2018, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção parcial das irregularidades descritas na constatação e aplicação da penalidade para as inconsistências que permanecem.*

#### **C15:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN esclarece que o não atendimento ao número exigido de coleta de amostras no referido período deveu-se a situações atípicas, que impediram o cumprimento da programação realizada.*

*Alega que no mês de maio de 2018 houve a paralisação dos caminhoneiros, fato que comprometeu o serviço de coleta e entregas de amostras, realizado pelos correios.*

*Informa que para garantir o atendimento ao Plano de Monitoramento mesmo diante de situações atípicas, foram adotadas medidas de acompanhamento sistemático da realização da programação ao longo do mês bem como a execução de roteiros diferenciados em meses com feriados longos e outras ocorrências que comprometem a realização das coletas e que estas ações têm contribuído para o atendimento ao plano de monitoramento em situações adversas.*

**Avaliação ARSP:** *Considerando o explanado constata-se que a não conformidade ocorreu pontualmente e por motivos alheios ao alcance da CESAN.*

*Situação Atual: constatação encerrada.*

#### **C16:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN informa que estudou a melhor forma de atender a Portaria MS 2914 desde a sua publicação em dezembro de 2011 e que não foi*

*possível implementar esta análise de imediato devido às especificidades técnicas da metodologia.*

*Relata que primeiro processo de licitação para contratação de laboratório para a realização das análises foi concluído em 2018, e o monitoramento foi iniciado em outubro. Porém, durante o ano foi identificada a necessidade de reavaliação dos quantitativos contratados para a inclusão de novos mananciais. Assim foi realizado um novo processo licitatório iniciando novas análises em julho/19. Desde então, a realização das análises encontra-se normalizada.*

*Observa que segundo a Portaria atual, o resultado destas análises deve ser a média aritmética de 24 resultados salienta que esse quantitativo será alcançado em setembro de 2020 para os sistemas que iniciaram suas análises em outubro de 2018.*

*Por fim ressalta que este é um dos itens que esta sendo fortemente reavaliado no processo de revisão da Portaria de Potabilidade que está sendo conduzido pelo Ministério da Saúde.*

**Avaliação ARSP:** *A necessidade de análise de cistos de Giardia spp, oocistos de Cryptosporidium spp no ponto de captação está estabelecida pelas portarias do ministério da saúde desde 2011 (Portaria 2914/2011) e permaneceu na Portaria de Consolidação nº05/2017.*

*Se faz necessário ressaltar que Giardia spp. e Cryptosporidium spp. são protozoários patogênicos de transmissão fecal-oral de veiculação hídrica, que causam vários problemas de saúde, como doenças gastrointestinais associados com consumo de água contaminada.*

*Apesar dos argumentos apresentados constata-se que a Portaria de Potabilidade não foi cumprida no mês mencionado na constatação, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

#### **C17:**

**Argumentos do Prestador:** *Referente às constatações C17.1 e C17.2, a CESAN esclarece que o não atendimento ao número exigido de coleta de amostras no referido período deveu-se a situações atípicas, que impediram o cumprimento da programação realizada.*

*Alega que no mês de maio de 2018 houve a paralisação dos caminhoneiros, fato que comprometeu o serviço de coleta e entregas de amostras, realizado pelos correios.*

*Informa que para garantir o atendimento ao Plano de Monitoramento mesmo diante de situações atípicas, foram adotadas medidas de acompanhamento sistemático da realização da programação ao longo do mês bem como a execução de roteiros diferenciados em meses com feriados longos e outras ocorrências que comprometem a realização das coletas e que estas ações têm contribuído para o atendimento ao plano de monitoramento em situações adversas.*

*Com relação à constatação C17.3, a CESAN informa que estudou a melhor forma de atender a Portaria MS 2914 desde a sua publicação em dezembro de 2011 e que não foi possível implementar esta análise de imediato devido às especificidades técnicas da metodologia.*

*Relata que primeiro processo de licitação para contratação de laboratório para a realização das análises foi concluído em 2018, e o monitoramento foi iniciado em outubro. Porém, durante o ano foi identificada a necessidade de reavaliação dos quantitativos contratados para a inclusão de novos mananciais. Assim foi realizado um novo processo licitatório iniciando novas análises em julho/19. Desde então, a realização das análises encontra-se normalizada.*

*Observa que segundo a Portaria atual, o resultado destas análises deve ser a média aritmética de 24 resultados salienta que esse quantitativo será alcançado em setembro de 2020 para os sistemas que iniciaram suas análises em outubro de 2018.*

*Por fim ressalta que este é um dos itens que está sendo fortemente reavaliado no processo de revisão da Portaria de Potabilidade que está sendo conduzido pelo Ministério da Saúde.*

**Avaliação ARSP:** *Com relação às constatações C17.1 e C17.2, considerando o explanado, constata-se que a não conformidade ocorreu pontualmente e por motivos alheios ao alcance da CESAN.*

*Referente à constatação C17.3, a necessidade de análise de cistos de Giardia spp, oocistos de Cryptosporidium spp e Cianobactérias no ponto de captação está estabelecida pelas portarias do ministério da saúde desde 2011 (Portaria 2914/2011) e permaneceu na Portaria de Consolidação nº05/2017.*

*Se faz necessário ressaltar que Giardia spp. e Cryptosporidium spp. são protozoários patogênicos de transmissão fecal-oral de veiculação hídrica, que causam vários problemas de saúde, como doenças gastrointestinais associados com consumo de água contaminada.*

*Apesar dos argumentos apresentados constata-se que a Portaria de Potabilidade não foi cumprida no mês mencionado na constatação, configurando infração.*

*Diante do exposto, conclui-se pelo encerramento das constatações C17.1 e C17.2 e manutenção da constatação C17.3.*

*Situação Atual: manutenção parcial das irregularidades descritas na constatação e aplicação da penalidade para as inconsistências que permanecem.*

#### **C18:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN informa que estudou a melhor forma de atender a Portaria MS 2914 desde a sua publicação em dezembro de 2011 e que não foi possível implementar esta análise de imediato devido às especificidades técnicas da metodologia.*

*Relata que primeiro processo de licitação para contratação de laboratório para a realização das análises foi concluído em 2018, e o monitoramento foi iniciado em outubro. Porém, durante o ano foi identificada a necessidade de reavaliação dos quantitativos contratados para a inclusão de novos mananciais. Assim foi realizado um novo processo licitatório iniciando novas análises em julho/19. Desde então, a realização das análises encontra-se normalizada.*

*Observa que segundo a Portaria atual, o resultado destas análises deve ser a média aritmética de 24 resultados salienta que esse quantitativo será alcançado em setembro de 2020 para os sistemas que iniciaram suas análises em outubro de 2018.*

*Por fim ressalta que este é um dos itens que está sendo fortemente reavaliado no processo de revisão da Portaria de Potabilidade que está sendo conduzido pelo Ministério da Saúde.*

**Avaliação ARSP:** *A necessidade de análise de cistos de Giardia spp, oocistos de Cryptosporidium spp e Cianobactérias no ponto de captação está estabelecida pelas portarias do ministério da saúde desde 2011 (Portaria 2914/2011) e permaneceu na Portaria de Consolidação nº05/2017.*

*Se faz necessário ressaltar que Giardia spp. e Cryptosporidium spp. são protozoários patogênicos de transmissão fecal-oral de veiculação hídrica, que causam vários problemas de saúde, como doenças gastrointestinais associados com consumo de água contaminada.*

*Apesar dos argumentos apresentados constata-se que a Portaria de Potabilidade não foi cumprida no mês mencionado na constatação, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C19:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN encaminha a tabela com dados do monitoramento de Escherichia coli e Densidade de Cianobactérias no Córrego Antônio Pedro no ano de 2018, incluindo o mês de outubro de 2018.*

**Avaliação ARSP:** *Considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.*

*Situação Atual: constatação encerrada.*

**C20:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN encaminha a tabela com dados do monitoramento de Escherichia coli e Densidade de Cianobactérias no Córrego do Tanque no ano de 2018, incluindo o mês de outubro de 2018.*

**Avaliação ARSP:** *Considerando as informações apresentadas pela prestadora, presume-se o atendimento ao normativo vigente.*

*Situação Atual: constatação encerrada.*

**C21:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN alega que o resultado de coliformes fora do padrão foi pontual, com o percentual de atendimento para este parâmetro de cerca de 99,3%, ressalta que a presença de Escherichia coli, indicador de potabilidade, não foi evidenciada no referido período e destaca também o fato de que não houve riscos à saúde da população abastecida, visto que trata-se apenas da presença de Coliformes totais, que não são indicadores de potabilidade.*

*Salienta que o tempo de contato necessário para desinfecção antes da distribuição da água foi atendido, conforme preconiza a Portaria de Consolidação Nº05/2017 do Ministério da Saúde. Foram avaliados os dados de cloro, pH, temperatura, vazão e nível do reservatório da ETA no período, sendo que o tempo de contato na ETA varia em torno de 60 minutos, tempo bem superior ao necessário para realizar a desinfecção.*

**Avaliação ARSP:** *Conforme o § 4º do Art. 27 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 27 A água potável deve estar em conformidade com padrão microbiológico, conforme disposto no Anexo 1 do Anexo XX e demais disposições deste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27)*

*(...) §4º O resultado negativo para coliformes totais das re coletas não anula o resultado originalmente positivo no cálculo dos percentuais de amostras com resultado positivo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27, § 4º).”*

*Apesar das alegações da prestadora, houve incidência de amostras com anomalias, configurando infração. Cabe ressaltar que coliformes totais é um indicador de eficiência do tratamento (quando a análise é realizada na saída do tratamento).*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

#### **C22:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN alega que devido à complexidade inerente de um Sistema de Abastecimento de Água, anomalias ocasionais e pontuais podem ser esperadas, por isto é importante que estas sejam avaliadas em conjunto com o histórico do controle da qualidade, conforme recomendações contidas nos Artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 e que não obstante, as anomalias devem, e são tratadas para garantir que a água oferecida a população esteja potável e para assegurar a manutenção desta condição.*

*Informa que quando o controle da qualidade detecta alguma anomalia, ações corretivas são tomadas e novas amostras são coletadas e analisadas até que a qualidade da água seja restabelecida e caso a anomalia seja reincidente, um processo de investigação é iniciado para avaliar e tratar as causas.*

*Salienta que apesar das ocorrências pontuais no período destacado, não houve riscos a saúde da população abastecida, visto que trata-se apenas da presença de Coliformes totais, que não são indicadores de potabilidade.*

*Ressalta ainda que as bactérias Coliformes Totais que apresentaram resultado acima do limite, não tornam a água imprópria para consumo e que estas bactérias estão presentes naturalmente no ambiente e não oferecem riscos a saúde e que conforme a Portaria de Consolidação nº5/2017 essas bactérias apenas indicam a necessidade de manutenção física do sistema.*

**Avaliação ARSP:** *Conforme o § 4º do Art. 27 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*



*“Art. 27 A água potável deve estar em conformidade com padrão microbiológico, conforme disposto no Anexo 1 do Anexo XX e demais disposições deste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27)”*

*(...) §4º O resultado negativo para coliformes totais das recoletas não anula o resultado originalmente positivo no cálculo dos percentuais de amostras com resultado positivo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27, § 4º).”*

*Além disso, os artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 dizem respeito somente aos anexos VII, VIII, IX e X, não abrangendo o anexo I (padrão microbiológico da água para consumo humano).*

*Apesar das alegadas providências para reestabelecimento da qualidade da água na rede, houve incidência de amostras com anomalias, configurando infração. Cabe ressaltar que coliformes totais é um indicador de eficiência do tratamento (quando a análise é realizada na saída do tratamento).*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

#### **C23:**

**Argumentos do Prestador:** *A CESAN alega que devido à complexidade inerente de um Sistema de Abastecimento de Água, anomalias ocasionais e pontuais podem ser esperadas, por isto é importante que estas sejam avaliadas em conjunto com o histórico do controle da qualidade, conforme recomendações contidas nos Artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 e que não obstante, as anomalias devem, e são tratadas para garantir que a água oferecida a população esteja potável e para assegurar a manutenção desta condição.*

*Informa que quando o controle da qualidade detecta alguma anomalia, ações corretivas são tomadas e novas amostras são coletadas e analisadas até que a qualidade da água seja restabelecida e caso a anomalia seja reincidente, um processo de investigação é iniciado para avaliar e tratar as causas.*

*Salienta que apesar das ocorrências pontuais no período destacado, não houve riscos a saúde da população abastecida, visto que trata-se apenas da presença de Coliformes totais, que não são indicadores de potabilidade.*

*Ressalta ainda que as bactérias Coliformes Totais que apresentaram resultado acima do limite, não tornam a água imprópria para consumo e que estas bactérias estão presentes naturalmente no ambiente e não oferecem riscos a saúde e que conforme a Portaria de Consolidação nº5/2017 essas bactérias apenas indicam a necessidade de manutenção física do sistema.*

*Por fim, encaminha tabela demonstrando que não foi identificada a presença na rede de distribuição durante todo mês de novembro de 2018.*

**Avaliação ARSP:** *Conforme o § 4º do Art. 27 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 27 A água potável deve estar em conformidade com padrão microbiológico, conforme disposto no Anexo 1 do Anexo XX e demais disposições deste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27)”*

*(...) §4º O resultado negativo para coliformes totais das recoletas não anula o resultado originalmente positivo no cálculo dos percentuais de amostras com resultado positivo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 27, § 4º)."*

*Além disso, os artigos 39 (§3º) e 41 (§6º) do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 dizem respeito somente aos anexos VII, VIII, IX e X, não abrangendo o anexo I (padrão microbiológico da água para consumo humano).*

*Apesar das alegadas providências para reestabelecimento da qualidade da água na rede, houve incidência de amostras com anomalias, configurando infração. Cabe ressaltar que coliformes totais é um indicador de eficiência do tratamento (quando a análise é realizada na saída do tratamento).*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

#### **C24:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que o enquadramento do atendimento a turbidez < que 0,5 NTU e a erradicação do valor de turbidez > 1,00 NTU têm sido um grande enfoque no tratamento de água da Companhia e que esta realizou diversos estudos buscando melhoria contínua dos seus processos.

*Informa que através do diagnóstico realizado, foi identificada a necessidade de implementação de algumas ações de melhoria, entre elas a substituição dos aparelhos de medição do parâmetro Turbidez.*

*Relata que, dessa forma, foi realizado um investimento de R\$ 78.625,00 (Setenta e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais) em junho de 2019, onde foram adquiridos novos equipamentos de turbidez, considerado o mais moderno em atuação no mercado, da marca HACH, com ampla faixa de precisão nos resultados analíticos, específico para água filtrada.*

*Observa que além da substituição do equipamento medidor de turbidez, outras medidas foram tomadas, dentre elas, a orientação para os operadores sobre o processo e frequência de lavagem dos filtros e também a substituição do leito filtrante de camada simples por camada dupla com antracito em abril/2020 com objetivo de melhorar o processo de filtração bem como o tratamento como um todo e que está previsto para o mês de Agosto/2020 início de testes com coagulante PAC com objetivo de melhorar ainda mais o processo de decantação.*

*Afirma que após essas ações, o sistema de Pequiá, vem aprimorando os resultados registrados, com relação aos entregues no período de Set/2017 a Ago/2018 e a qualidade final da água distribuída apresentou o IQA médio de 96,6% nesse período.*

**Avaliação ARSP:** Conforme § 2º do Art. 30 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

*"Art. 30. Para a garantia da qualidade microbiológica da água, em complementação às exigências relativas aos indicadores microbiológicos, deve ser atendido o padrão de turbidez expresso no Anexo 2 do Anexo XX e devem ser observadas as demais exigências contidas neste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30)*

*(...) § 2º O valor máximo permitido de 0,5 uT para água filtrada por filtração rápida (tratamento completo ou filtração direta), assim como o valor máximo permitido de 1,0 uT*

*para água filtrada por filtração lenta, estabelecidos no Anexo 2 do Anexo XX, deverão ser atingidos conforme as metas progressivas definidas no Anexo 3 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30, § 2º)”*

*Apesar das alegadas providências, houve incidência de amostras com anomalias no período relatado, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C25:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que o enquadramento do atendimento a turbidez < que 0,5 NTU e a erradicação do valor de turbidez > 1,00 NTU têm sido um grande enfoque no tratamento de água da Companhia e que esta realizou diversos estudos buscando melhoria contínua dos seus processos.

*Informa que através do diagnóstico realizado, foi identificada a necessidade de implementação de algumas ações de melhoria, entre elas a substituição dos aparelhos de medição do parâmetro Turbidez.*

*Relata que, dessa forma, foi realizado um investimento de R\$ 78.625,00 (Setenta e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais) em junho de 2019, onde foram adquiridos novos equipamentos de turbidez, considerado o mais moderno em atuação no mercado, da marca HACH, com ampla faixa de precisão nos resultados analíticos, específico para água filtrada.*

*Observa que além da substituição do equipamento medidor de turbidez, outras medidas foram tomadas, dentre elas, a orientação para os operadores sobre o processo e frequência de lavagem dos filtros e também a substituição do leito filtrante de camada simples por camada dupla com antracito em abril/2020 com objetivo de melhorar o processo de filtração bem como o tratamento como um todo e que está previsto para o mês de Agosto/2020 início de testes com coagulante PAC com objetivo de melhorar ainda mais o processo de decantação.*

*Afirma que após essas ações, o sistema de Pequiá, vem aprimorando os resultados registrados, com relação aos entregues no período de Set/2017 a Dez/2018 e a qualidade final da água distribuída apresentou o IQA médio de 97,2% nesse período.*

**Avaliação ARSP:** Conforme § 2º do Art. 30 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

*“Art. 30. Para a garantia da qualidade microbiológica da água, em complementação às exigências relativas aos indicadores microbiológicos, deve ser atendido o padrão de turbidez expresso no Anexo 2 do Anexo XX e devem ser observadas as demais exigências contidas neste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30)”*

*(...) § 2º O valor máximo permitido de 0,5 uT para água filtrada por filtração rápida (tratamento completo ou filtração direta), assim como o valor máximo permitido de 1,0 uT para água filtrada por filtração lenta, estabelecidos no Anexo 2 do Anexo XX, deverão ser atingidos conforme as metas progressivas definidas no Anexo 3 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30, § 2º)”*

*Apesar das alegadas providências, houve incidência de amostras com anomalias no período relatado, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C26:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que o enquadramento do atendimento a turbidez < que 0,5 NTU e a erradicação do valor de turbidez > 1,00 NTU têm sido um grande enfoque no tratamento de água da Companhia e que esta realizou diversos estudos buscando melhoria contínua dos seus processos.

Informa que através do diagnóstico realizado, foi identificada a necessidade de implementação de algumas ações de melhoria, entre elas a substituição dos aparelhos de medição do parâmetro Turbidez.

Relata que, dessa forma, foi realizado um investimento de R\$ 78.625,00 (Setenta e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais) em junho de 2019, onde foram adquiridos novos equipamentos de turbidez, considerado o mais moderno em atuação no mercado, da marca HACH, com ampla faixa de precisão nos resultados analíticos, específico para água filtrada.

Observa que além da substituição do equipamento medidor de turbidez, outras medidas foram tomadas, dentre elas, a orientação para os operadores sobre o processo e frequência de lavagem dos filtros e também a substituição do leito filtrante em Jun/2018 com objetivo de melhorar o processo de filtração bem como o tratamento como um todo.

Afirma que após essas ações, o sistema de Pequiá, vem aprimorando os resultados registrados, com relação aos entregues no período de Set/2017 a Ago/2018 e a qualidade final da água distribuída apresentou o IQA médio de 98,8% nesse período.

**Avaliação ARSP:** Conforme § 2º do Art. 30 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:

“Art. 30. Para a garantia da qualidade microbiológica da água, em complementação às exigências relativas aos indicadores microbiológicos, deve ser atendido o padrão de turbidez expresso no Anexo 2 do Anexo XX e devem ser observadas as demais exigências contidas neste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30)

(...) § 2º O valor máximo permitido de 0,5 uT para água filtrada por filtração rápida (tratamento completo ou filtração direta), assim como o valor máximo permitido de 1,0 uT para água filtrada por filtração lenta, estabelecidos no Anexo 2 do Anexo XX, deverão ser atingidos conforme as metas progressivas definidas no Anexo 3 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30, § 2º)”

Apesar das alegadas providências, houve incidência de amostras com anomalias no período relatado, configurando infração.

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

**C27:**

**Argumentos do Prestador:** A CESAN esclarece que o enquadramento do atendimento a turbidez < que 0,5 NTU e a erradicação do valor de turbidez > 1,00 NTU têm sido um grande enfoque no tratamento de água da Companhia e que esta realizou diversos estudos buscando melhoria contínua dos seus processos.

*Informa que através do diagnóstico realizado, foi identificada a necessidade de implementação de algumas ações de melhoria, entre elas a substituição dos aparelhos de medição do parâmetro Turbidez.*

*Relata que, dessa forma, foi realizado um investimento de R\$ 78.625,00 (Setenta e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais) em junho de 2019, onde foram adquiridos novos equipamentos de turbidez, considerado o mais moderno em atuação no mercado, da marca HACH, com ampla faixa de precisão nos resultados analíticos, específico para água filtrada.*

*Observa que além da substituição do equipamento medidor de turbidez, outras medidas foram tomadas, dentre elas, além da substituição do leito filtrante em Jun/2018, que foi citada na justificativa acima, foi feita a complementação desses filtros em Jan/2020, melhorando a qualidade da filtração no tratamento de água.*

*Afirma que após essas ações, o sistema de Pequiá, vem aprimorando os resultados registrados, com relação aos entregues no período de Set/2017 a Dez/2018. A qualidade final da água distribuída apresentou IQA médio de 98,9% nesse período.*

**Avaliação ARSP:** *Conforme § 2º do Art. 30 do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde:*

*“Art. 30. Para a garantia da qualidade microbiológica da água, em complementação às exigências relativas aos indicadores microbiológicos, deve ser atendido o padrão de turbidez expresso no Anexo 2 do Anexo XX e devem ser observadas as demais exigências contidas neste Anexo. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30)  
(...)”*

*§ 2º O valor máximo permitido de 0,5 uT para água filtrada por filtração rápida (tratamento completo ou filtração direta), assim como o valor máximo permitido de 1,0 uT para água filtrada por filtração lenta, estabelecidos no Anexo 2 do Anexo XX, deverão ser atingidos conforme as metas progressivas definidas no Anexo 3 do Anexo XX. (Origem: PRT MS/GM 2914/2011, Art. 30, § 2º)”*

*Apesar das alegadas providências, houve incidência de amostras com anomalias no período relatado, configurando infração.*

*Situação Atual: manutenção da notificação e aplicação da penalidade.*

18. Reforço que o entendimento desta diretoria, além de estar embasada em parecer do corpo técnico desta agência, se consubstancia em laudos, argumentos e evidências apresentadas pela prestadora de serviço.

### **II.iii – Da dosimetria da pena**

19. Conforme demonstrado no **Termo de Notificação TN/DS/GSB/ESP N.º 090/2020** (fls. 13 a 20) e na análise descrita na seção anterior, permanecem dezenove infrações administrativas cometidas pelo prestador de serviço, quais sejam: C2, C4, C5, C6, C8, C9, C12, C13, C14, C16, C17, C18, C21, C22, C23, C24, C25, C26 e C27.

20. As constatações C5, C6, C8, C12, C13, C17, C21, C22, C24 e C26 estão enquadradas como descumprimento do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde e ambos os casos são passíveis da aplicação da penalidade de advertência.

21. As constatações C2, C4, C23, C25 e C27 estão enquadradas no Grupo 4, Artigo 15, Inc. VII, da Resolução ARSP nº 018/2018, que descreve a seguinte conduta infratora: “Fornecer água fora dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação e regramento vigentes”. Já as constatações C9, C14, C16 e C18 estão enquadradas no Grupo 4, Artigo 15, Inc. VI, da Resolução ARSP nº 018/2018, que descreve a seguinte conduta infratora: “Deixar de realizar controle de qualidade da água bruta, tratada e distribuída à população de acordo com o disposto na legislação e regramento vigente”.

22. Para o caso das constatações C2, C4, C9, C14, C16, C18, C23, C25, C27 após precisa análise do **Relatório de Fiscalização RF/DS/GSB/089/2020** (fls. 21 a 40) e do **Termo de Notificação TN/DS/GSB/ESP N.º 090/2020** (fls. 13 a 20), considerando as circunstâncias do caso concreto e observando os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, em conformidade com o estabelecido no art. 3º, § 1º, da Resolução ARSP nº 018/2018, assim decidi estabelecer a dosimetria das penalidades:

A. Com relação a C2, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

B. Com relação a C4, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

C. Com relação a C9, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

D. Com relação a C14, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

E. Com relação a C16, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

F. Com relação a C18, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

G. Com relação a C23, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

H. Com relação a C25, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).



I. Com relação a C27, fixo a multa em R\$ 1.621,35 (a multa neste caso, considerando a natureza, a gravidade e a extensão da infração cometida, poderia variar de 1.621,35 a R\$ 2.266,94).

23. Destarte, com relação à infração cometida, depreende-se que a culpabilidade e a reprovabilidade da conduta do prestador de serviços foram de baixo grau, visto que o monitoramento da qualidade da água em outros períodos e parâmetros foram respeitados, que não se identificou má fé do prestador, que não há nos autos qualquer comportamento pretérito que possa ser considerado em desfavor do prestador, que o mesmo aprimorou seus procedimentos de coleta de amostras e controle operacional do tratamento de água, que empreendeu ações corretivas, dentre outras medidas.

24. Dessa forma, considerando os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, esta diretoria optou por penalizar a prestadora de serviço no valor mais baixo possível dentro do grupo que se encaixam as penalidades mantidas.

25. É a fundamentação, passo à decisão.

### III – DA DECISÃO

26. Assim, posto isso e apresentados até aqui os fundamentos que constituem a motivação para o que ora apresento, decido:

A. Pelo conhecimento da Defesa Prévia;

B. Pela rejeição da preliminar da Defesa Prévia, uma vez que não há que se falar em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

C. Pelo acolhimento parcial do mérito da Defesa Prévia, razão pela qual decido:

C.1. Por indeferir total ou parcial a defesa apresentada e aplicar a penalidade para as inconsistências que permanecem nas constatações C2, C4, C5, C6, C8, C9, C12, C13, C14, C16, C17, C18, C21, C22, C23, C24, C25, C26 e C27 e, conseqüentemente, pela lavratura do Auto de Infração AI/DS/GSB N.º 072/2022;

C.2. Por deferir os argumentos apresentados, sendo consideradas as constatações C1, C3, C7, C10, C11, C15, C19 e C20 como encerradas;

D. Pelo envio de ofício à CESAN, comunicando a decisão da Diretoria de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária, o Auto de Infração AI/DS/GSB N.º 072/2022 e a possibilidade, se desejado, de recurso à Diretoria Colegiada pela Infração aplicada.

27. É como decido.

Vitória (ES), 12 de agosto de 2022.

**Kátia Muniz Côco**  
**Diretora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária**  
*(assinado eletronicamente via edocs)*

## ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**KÁTIA MUNIZ CÔCO**  
DIRETOR  
DS - ARSP - GOVES  
assinado em 12/08/2022 12:36:36 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/08/2022 12:36:36 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por KÁTIA MUNIZ CÔCO (DIRETOR - DS - ARSP - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-XFHJ04>